



## AGENDA LEGISLATIVA

6 A 10 DE ABRIL DE 2026

### CONGRESSO NACIONAL

#### Segunda-feira (06/04)

**CCS – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 09h30

**Audiência Pública Interativa** - Tema: ECA Digital e demais projetos de proteção à criança e adolescente no ambiente digital, sob o ponto de vista da sociedade civil.

Convidados:

- Renata Mielli, coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br);
- Paulo Rená, representante da Coalizão Direitos na Rede;
- Maria Mello, representante do Instituto Alana;
- Roberta Jacarandá, diretora de Políticas Públicas do Conselho Digital – Associação pela internet livre, segura e responsável; e
- Thiago Tavares, presidente da SaferNet Brasil

**CCS - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 14h00

**Reunião de Trabalho** - Tema: Item 1 - Relatório sobre o [Projeto de Lei nº 2331, de 2022](#) (Substitutivo da Câmara dos Deputados), da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Valderéz Donzelli, Caio Loures e Carlos Magno; Item 2 - Apresentação do tema "Saúde Mental e seus impactos no setor da comunicação social", do Conselheiro Carlos Magno.

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### Terça-feira (07/04)

**CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA** / Anexo II, Plenário 01, 14h00

**Audiência Pública** - Tema: Debate sobre o fim da escala 6x1 ([PEC 221/19](#))

Convidados:

- Frederico Toledo Melo, gerente-executivo de Relações Trabalhistas e Sindicais da Confederação Nacional do Transporte (CNT);
- Roberto Luís Lopes, advogado da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- Rodrigo Hugueney do Amaral Mello, coordenador-trabalhista da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e
- Sylvia Lorena Teixeira de Sousa, superintendente de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

**CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO** / Anexo II, Plenário 08, 14h00

**PL 3411/2023** - Dispõe sobre a contratação de pessoas com Síndrome de Down pelos prestadores de serviços da Administração Pública direta e indireta da União. Item nº 8  
Autor: Duarte Jr. (PSB/MA)

Relator: Reimont (PT/RJ)

**Parecer:** Pela aprovação deste e do Substitutivo apresentado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), na forma da Subemenda Substitutiva

## **CEXBRLEG - COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A DISCUTIR OS ATOS DE PIRATARIA E A AGENDA DO CHAMADO "BRASIL LEGAL", 15h00**

**Evento - Tema:** Debates sobre o "Brasil Legal"

Convidados:

- Marcos Borges, gerente Executivo da Unidade de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- Andre Avrichir, secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP);
- Edson Vismona, presidente executivo do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP);
- Alan Towersey, auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB);
- Fernando Antonio Damasceno Lima, auditor fiscal da SEFAZ-CE e Representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (COMSEFAZ); e
- Maria Eduarda Callai Negri, diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira dos Agentes de Propriedade Industrial (ABAPI)
- Representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

### **Quarta-feira (08/04)**

---

**OUTROS EVENTOS /** Auditório Nereu Ramos, 09h00

**Reunião Técnica - Tema:** Lançamento da Campanha Justiça Tributária Já!

**CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO /** Anexo II, Plenário 10, 10h00

**PL 2919/2020** - Acrescenta os §§ 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ao artigo 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passando a prever o caderno apostilado digital como material didático e dá outras providências. Item nº 14

Autor: Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)

Relator: Diego Garcia (REPUBLICANOS/PR)

**Parecer:** Pela rejeição.

**PL 3342/2021** - Autoriza a criação da Universidade Federal Digital do Brasil. Item nº 15

Explicação: estabelece criação da UFDB, inteiramente online, vinculada ao Ministério da Educação e com sede e foro em Brasília - DF. A UFDB terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Autor: Neucimar Fraga (PP/ES)

Relator: Ismael (PSD/SC)

**Parecer:** Pela rejeição.

**CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO /** Anexo II, Plenário 04, 10h00

**REQ 8/2026** - Requer a realização de audiência pública para debater os impactos econômicos e fiscais da modernização da jornada de trabalho no Brasil, no âmbito da PEC nº 221/2019 e da PEC nº 40/2025 a ela apensada. Item nº 1

Convidados:

- Representante do Ministério da Fazenda (MF);
- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);
- Representante da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA);
- Representante da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ);
- Representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO);
- Representante da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT); e
- Representante da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Autor: Zé Vitor (PL/MG)

**REQ 9/2026** - Requer a realização de convite ao Sr. Dario Durigan, Ministro de Estado da Fazenda, para debater as diretrizes da política fiscal e econômica do País. Item nº 2  
Autor: Rogério Correia (PT/MG)

#### **CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 10h00**

**PL 5074/2016** - Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet. Item nº 32

Autor: Otto Alencar (PSD/BA)

Relator: Sidney Leite (PSD/AM)

**Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e pela constitucionalidade, injuridicidade e, no mérito, pela rejeição da Emenda 1/2019 apresentada nesta Comissão e da Emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO).

**PL 580/2023** - Submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória. Item nº 42

Autor: Gilson Marques (NOVO/SC)

Relator: Julia Zanatta (PL/SC)

**Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do Projeto de Lei n 731/2023, apensado, com substitutivo.

#### **CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00**

**REQ 12/2026** - Requer a realização de audiência pública para debater os impactos econômicos da modernização da jornada de trabalho no Brasil, no âmbito da PEC nº 221/2019 e da PEC nº 40/2025. Item nº 1

Convidados:

- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Representante da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA);
- Representante da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ);
- Representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO);
- Representante da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT); e
- Representante da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Autor: Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

**PL 4133/2023** - Dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira. Item nº 5

Autor: Heitor Schuch (PSB/RS)

Relator: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**PL 2046/2021** - Eleva temporariamente a alíquota do imposto sobre a renda devido pelas empresas de grande porte que ampliaram os seus lucros no contexto da pandemia de COVID-19. Item nº 14

Explicação: prevê a exigência, até 31 de dezembro de 2026, direcionada exclusivamente às grandes empresas que ampliaram o seu lucro operacional no contexto da pandemia de COVID-19, de adicional de alíquota de 10% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, o qual incidirá sobre a parcela do lucro real que superar R\$ 24 milhões anuais, limitada à diferença entre o lucro operacional verificado em cada ano-calendário e o apurado no de 2019.

Autor: Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

Relator: Rodrigo da Zaeli (PL/MT)

**Parecer:** Parecer do Relator, Dep. Rodrigo da Zaeli (PL-MT), pela rejeição.

**PL 4501/2024** - Dispõe sobre a formação de uma Reserva Estratégica Soberana de Bitcoins pelo Governo Federal e dá outras providências. Item nº 16

Autor: Eros Biondini (PL/MG)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**PL 2675/2025** - Regulamenta o art. 65 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), dispõe sobre as condições e limites para alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do IOF, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política monetária; altera a Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, o Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, e a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras providências. Item nº 17

Explicação Geral:

Autor: Marcel Van Hattem (NOVO/RS)

Relator: Mauricio Marcon (PL/RS)

**Parecer:** Pela aprovação.

**PL 3371/2025** - Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para atualizar os tetos legais de alíquotas por espécie do IOF e fixar limites objetivos à majoração de alíquotas pelo Poder Executivo; e revoga dispositivos das Leis nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e nº 7.766, de 11 de maio de 1989. Item nº 18

Autor: Marcel Van Hattem (NOVO/RS)

Relator: Mauricio Marcon (PL/RS)

**Parecer:** Pela aprovação.

#### **CMADS - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / Anexo II, Plenário 02, 10h00**

**REQ 25/2026** - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para debater o [Projeto de Lei nº 1043/2026](#), que visa “Instituir a Política de Prevenção e Repressão a Crimes Cibernéticos contra Animais”. Item nº 9

Convidados:

- Lisandrea Salvariego Colabuno, chefe do Núcleo de Operações e Articulações Digitais (Noad) da Polícia Civil de São Paulo;
- Sheylli Caleffi, escritora e educadora especializada em violência online;
- Vanessa Cavalieri, juíza da Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro; e
- Ana Paula de Vasconcelos, diretora jurídica do Fórum Nacionalidade de Proteção e Defesa Animal.

Autor: Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)

#### **CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 10h00**

**PL 3470/2025** - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a não aplicação da cota de aprendizagem às empresas de segurança privada. Item nº 12

Explicação: O substitutivo apresentado disciplina, de forma mais completa, a base de cálculo da cota de aprendizagem. Entre as inovações, estão a exclusão da base dos aprendizes já contratados, dos empregados afastados por incapacidade temporária e das funções que exigem formação profissional específica ou carteira nacional de habilitação. Também foram feitos ajustes que atribuem às empresas de trabalho temporário prestadoras de serviços a responsabilidade sobre a totalidade de seus empregados, incluindo temporários e terceirizados

Autor: Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA)

Relator: Capitão Alden (PL/BA)

**Parecer:** Pela aprovação deste e da Emenda apresentada na Comissão, com Substitutivo.

#### **CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 14h00**

**REQ 9/2026** - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Comunicação (CCOM), para debater o Projeto de Lei nº 2.738, de 2025. Item nº 3

Explicação: O projeto em questão dispõe sobre a disponibilização de aplicativos de apostas de quota fixa.

Convidados:

- Representante da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF);
- Representante do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR);
- Representante da Associação de Bets e Fantasy Sport (ABFS);
- Representante da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL);
- Representante da Google no Brasil; e
- Representante da Apple no Brasil.

Autor: Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)

**PL 6460/2025** - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer deveres de cuidado às aplicações de internet quanto à prevenção e combate à incitação, à automutilação e ao suicídio envolvendo crianças e adolescentes. Item nº 4

Autor: Renilce Nicodemos (MDB/PA)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

**Parecer:** Pela aprovação deste, com Substitutivo.

**PL 3211/2025** - Estabelece incentivos e prioridades para provedores regionais de internet no acesso a políticas públicas de conectividade e linhas de financiamento, e dá outras providências. Item nº 59

Autor: Duda Ramos (MDB/RR)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e pela aprovação parcial das Emendas de número 1 a 5, adotadas pela Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE), com Substitutivo.

**OUTROS EVENTOS /** Salão Nobre, 16h30

**Lançamento de publicações - Tema:** Lançamento da publicação “Inteligência Artificial, Automação do Trabalho, Empregabilidade e Previdência Social”, do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (Cedes).

## SENADO FEDERAL

**Terça-feira (07/04)**

---

**CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS /** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

**PLP 81/2020** - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para instituir o Fundo Garantidor de Crédito ao Microempreendedor Individual, às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte (FGMICRO). Item nº 1

Explicação: institui, com recursos da União, o Fundo Garantidor de Crédito ao Microempreendedor Individual, às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte (FGMICRO), no âmbito do Sistema Nacional de Garantias de Crédito, com a finalidade de facilitar o acesso ao crédito aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte a crédito e demais serviços das instituições financeira.

Autor: Wellington Fagundes (PL/MT)

Relator: Wilder Moraes (PL/GO)

**Parecer:** Pela aprovação

**PL 4932/2023** - Altera a Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, para estabelecer a obrigatoriedade de transferência de recursos entre usuários e prestadoras de serviços de ativos virtuais por meio de contas de depósito ou de pagamento individualizadas, e para determinar a segregação patrimonial entre prestadoras de serviços de ativos virtuais e seus usuários; e altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para proibir a oferta ou a admissão a negociação ou registro de derivativos por prestadoras de serviços de ativos virtuais sem autorização da Comissão de Valores Mobiliários. Item nº 3

Autor: CPI destinada a investigar indícios de operações fraudulentas na gestão de diversas empresas de serviços financeiros que prometem gerar patrimônio por meio de gestão de criptomoedas.

Relator: Irajá (PSD/TO)

**Parecer:** Pendente

**CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA /** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 11h00

**PL 615/2021** - Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para criminalizar a conduta de negociar dados provenientes de interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática. Item nº 2

Explicação: Responsabiliza criminalmente quem adquire, oferece, negocia, comercializa ou, de qualquer forma, participa da divulgação ou disseminação, com intuito de lucro, dos dados obtidos através da interceptação ilegal de comunicações telefônicas, de informática ou telemática.

Autor: Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

**Parecer:** Pela aprovação, com uma emenda.

**Quarta-feira (08/04)**

---

**CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA /** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 09h00

**PL 3220/2019** - Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público. Item nº 9

Explicação Geral: Fixa diretrizes para o compartilhamento de infraestrutura pelos agentes que exploram serviços públicos de telecomunicações, de energia elétrica e de transporte de petróleo, cabendo às agências reguladoras do cedente e do cessionário o estabelecimento de preços máximos, a discussão do plano de ocupação de infraestrutura apresentado pela distribuidora de energia e a atuação na resolução de conflitos.

Autor: Weverton (PDT/MA)

Relator: Esperidião Amin (PP/SC)

**Parecer:** Pela aprovação do projeto e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2 e 3, na forma do substitutivo, restando prejudicada a Emenda nº 1- CI.

**CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00**

**PL 5810/2019** - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir às crianças e aos adolescentes o direito de receber orientação das instituições de ensino públicas e privadas sobre navegação segura em redes sociais. Item nº 5

Autor: Edna Henrique

Relator: Bruno Bonetti (PL/RJ)

**Parecer:** Pela aprovação, com emenda.

#### **Quinta-feira (09/04)**

---

**CTCIVIL - COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF) / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00**

**Audiência Pública - Tema:** Discutir os temas relativos ao Direito de Família e ao Direito das Sucessões (parte 3)

Convidados:

- Renata Vilela Multedo, professora do IBMEC e advogada;
- Leonardo Albuquerque Marques, advogado da União;
- Joyceane Bezerra de Menezes, professora da Universidade de Fortaleza e da Universidade Federal do Ceará; advogada;
- Sílvia Marzagão, presidente da Comissão de Direito de Família da OAB-SP;
- Ana Vlândia Martins Feitosa, advogada, professora e presidente da Comissão Nacional de Direito de Família da OAB;
- Isabella Paranaguá, advogada;
- Renata Rivitti, promotora do MPSP com atuação na área da infância e juventude;
- Bruna Simões, primeira sub-defensora Pública-Geral;
- Pablo Stolze Gagliano, juiz de Direito do TJBA e relator parcial do livro de Direito de Família do Anteprojeto de Lei de Atualização do Código Civil;
- Mário Luiz Delgado, relator parcial do livro de Direito das Sucessões do Anteprojeto de Lei de Atualização do Código Civil;
- Rosa Nery, relatora-geral do Anteprojeto de Lei de atualização do Código Civil; e
- Flávio Tartuce, relator-geral do Anteprojeto de Lei de atualização do Código Civil.